

PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL – PMN – DIRETÓRIO MUNICIPAL DE ATIBAIA

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2016 – MAJORITÁRIAS E PROPORCIONAIS
PLANO DE GOVERNO

Atibaia
ago. 2016

Sumário

1 UMA ESTRUTURA PARA 2016

2 PLANO DE GOVERNO

1 UMA ESTRUTURA PARA 2016

I – INTRODUÇÃO

II –O PERÍODO DE GOVERNO MUNICIPAL 2017/2020 – PECULIARIDADES E DESAFIOS

III – UMA ORGANIZAÇÃO VOLTADA A RESULTADOS

IV – PROPOSTAS PARA AÇÃO

IV.1 – “Staff”

IV.2 – Funções Meio

IV.3– Desenvolvimento Econômico – Iniciativa e Emprego

IV.4 – Desenvolvimento Social – a Ampliação da Oportunidade

IV.5 – Território e Meio Ambiente – Valorização e Resgate

IV.6 – Especial

IV.7 – A Hora das Comunidades

2 PLANO DE GOVERNO

I – INTRODUÇÃO

No cumprimento das obrigações legais, é aqui apresentado o Programa de Governo dos candidatos do PMN – Partido da Mobilização Nacional – à Prefeitura e Vice-prefeitura do Município de Atibaia, Ana Paula Beathalter e Milton Lopes. Este Programa se delineia no sentido do entendimento rigoroso das condições que historicamente vieram pautando o desenvolvimento do Município, e na atenção às peculiaridades que o cercam na presente quadratura da vida nacional.

Pretende-se com este Programa fugir das colocações programáticas genéricas, bastante frequentes, de estímulo à economia e de promoção do avanço social, indiscutivelmente legítimas como propostas de governo, mas que se não vêm amparadas na compreensão das condições específicas e peculiaridades que para elas se colocam no presente, de pouca utilidade serão para a orientação da ação de governo ao longo do período.

No espaço de tempo por este abrangido, como é de conhecimento de todos, nosso País vai estar às voltas com os efeitos da profunda crise pela qual, há, já, vários anos vem passando. Uma crise que se desdobra em diversos componentes, sendo econômica, mas, também, política, e, sem dúvida, de natureza ética.

O alcance dessa crise provocou um desgaste, como nunca antes experimentado no País, dos institutos básicos da democracia, do sistema representativo, dos partidos políticos, e dos Poderes instituídos no plano legislativo e no executivo. Os diversos aspectos da crise se mostram imbricados uns com os outros e como que se retroalimentam a cada nova etapa de tempo.

A superação da crise, diante desse quadro, se converte em aspiração de todo o povo brasileiro. Para que se efetive tal aspiração, será requerido o concurso de todos os segmentos da coletividade, em especial dos governos constituídos, dos partidos políticos, dos órgãos representativos, das instituições da cultura e do pensamento do País. Por sua magnitude, não pode restar qualquer dúvida, trata-se de uma empreitada que só poderá lograr êxito se amparada no esforço comum e compartilhado. Uma tarefa da nacionalidade.

A administração municipal não pode estar alheia a esse esforço. Ainda que não conte em sua alçada com as competências que podem lidar mais diretamente com os componentes da crise – política cambial, controle inflacionário, política de juros, legislação trabalhista, entre outras – todas na esfera da União, o Município joga um papel importante na qualificação de infraestrutura para a produção, na habilitação de espaços para a localização de empreendimentos, na qualificação da mão-de-obra mediante as ofertas educacionais.

Pode, ainda, ter atuação significativa junto às estruturas territoriais regionais, de grande importância para a implantação de estabelecimentos, e para a consecução de práticas de desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental.

Não menor é seu protagonismo nas práticas de gestão dos recursos públicos, que hoje, mais que nunca, devem impregnar as administrações, pautando-se pela austeridade e pela contenção.

O PMN, desde sempre um partido voltado às questões nacionais, acha-se por inteiro comprometido com a tarefa de resgate dos valores republicanos. E, na definição das

linhas programáticas que deverão nortear a atuação de seus candidatos majoritários ao governo municipal faz presentes os elementos desse resgate.

II – O PERÍODO DE GOVERNO MUNICIPAL 2017/2020 – PECULIARIDADES E DESAFIOS

O período de governo municipal de 2017 a 2020, tudo indica, vai ser bastante afetado pelos efeitos da crise atualmente atravessada pelo País. No aspecto econômico, a retração verificada no conjunto da atividade tende a rebaixar os níveis da arrecadação a cargo do Município, em especial, no caso do Imposto sobre Serviços – ISS – do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI – bem como a parcela do orçamento correspondente às transferências estaduais ligadas ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS. Por outro lado, as dificuldades encontradas na esfera federal tendem, igualmente, a reduzir os montantes das parcelas correspondentes às transferências do Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Tais perspectivas apontam a uma possível redução da capacidade orçamentária do Município, em vista, principalmente, do peso das transferências correntes (da ordem de 60% do total das receitas correntes, e, mesmo, de cerca de 55% do total das receitas municipais). Ainda que as previsões orçamentárias oficiais apontem a um crescimento relativo da ordem de 21, 31 e 43%, respectivamente, para os exercícios de 2016 a 2018, em relação ao realizado em 2014, a redução verificada em 2015 pode estar a indicar que tais valores talvez não venham a ser alcançados.

No aspecto social, os efeitos da crise fazem-se, hoje, claramente perceptíveis. Com o desemprego alcançando valores da ordem de 11% da força de trabalho total, e, por decorrência, a erosão da renda média da população, o recurso desta às ofertas de serviços providos pelo Poder Público só faz aumentar. O que vai em descompasso com a possível redução da capacidade financeira do Município de manter o nível atual da prestação desses serviços, e de atender ao volume das demandas emergentes aos mesmos.

Face a um quadro desse tipo, mais que nunca, a disciplina na aplicação dos recursos públicos se faz estratégica, ampliada ao que deve ser conduta corrente nas administrações. Ainda mais se se tem em conta metas pactuadas em compromissos públicos em relação a certos serviços (como, por exemplo, no caso do Município passar a cobrir 100% da oferta de vagas nos dois ciclos do Ensino Fundamental).

A disciplina assim entendida não se situa unicamente na gestão específica das finanças públicas, podendo requerer, de parte dos diversos setores da Administração, alterações nos sistemas de sua operação e de metas associadas (como pode exemplificar a ampliação das práticas da medicina preventiva, cujo efeito na redução do volume global de serviços ambulatoriais e hospitalares acha-se já plenamente comprovada).

Acresce a esse quadro, no presente período, a iminência de conclusão das negociações em curso, em nível nacional, envolvendo a União e o Congresso, a respeito dos endividamentos de Estados federados e municípios, que, com certeza, implicarão em restrições aos gastos correntes com o custeio da estrutura organizacional da Prefeitura.

Tanto por essa circunstância, quanto pela suscetibilidade da orçamentação municipal às vicissitudes do quadro econômico-financeiro dos demais níveis de governo, a ação administrativa no período terá de manter um permanente diálogo junto às administrações naqueles níveis, fazendo valer nessa interlocução, com grande intensidade, os interesses precípuos do Município. Isso tanto no sentido de obter condições favoráveis no processo de tratamento do endividamento, que, possivelmente, ainda estará em curso em 2017,

quanto com vistas a assegurar a estabilidade e pontualidade nas transferências intergovernamentais; e, igualmente, se possível, elevar os montantes correspondentes a essas transferências.

Ainda no tocante às relações intergovernamentais, será de extrema importância a presença do Município nas deliberações e ações da estrutura regional criada pelo Estado, a Microrregião Bragantina. Num quadro caracterizado pelas dificuldades, tal como se apresenta para as administrações presentemente, o uso dos potenciais regionais de cooperação pode representar economias significativas, e um reforço substantivo às necessidades do Município. Tendo em vista esses aspectos, em seu conjunto, a Administração de Atibaia terá de dispor-se a um intenso protagonismo político ao longo do próximo mandato.

Por esse conjunto de circunstâncias, a administração municipal no período por se iniciar só poderá se pautar pela austeridade e pela contenção no uso dos recursos de que deverá dispor. O maior desafio a isso associado será precisamente fazê-lo sem deixar de lado o empenho em ampliar na medida necessária o perfil e os padrões dos serviços a seu cargo (como se dá, por exemplo, no caso da qualificação da população, por via da educação, para o aproveitamento das ofertas de emprego no parque industrial e de serviços instalado no Município, ofertas essas que deverão sofrer ampliações sensíveis, uma vez recuperada a confiança dos investidores com a superação dos fatores da crise presente e a retomada da normalidade dos negócios). É o que dá a dimensão das preocupações que deverão perpassar transversalmente a Administração, por todos os seus setores, no período de governo por se iniciar. E que inspira, como um todo, as linhas do presente Plano de Governo.

III – UMA ORGANIZAÇÃO VOLTADA A RESULTADOS

O enfrentamento dos desafios que se colocam para a nova administração no período por iniciar-se demandará uma estrutura organizacional dotada de grande agilidade e capacidade de resposta. Tal requisito terá de ser atendido simultaneamente à contenção de recursos que se impõem ao custeio dessa estrutura no período.

A estrutura atual é resultante de um processo histórico, ao longo do qual um número significativo de acréscimos de unidades de linha e “staff” vieram se impondo à configuração original, com toda a certeza, sem os constrangimentos que ora se colocam. É inevitável que, assim, a necessidade de ajustar a organização a um perfil de custo mais discreto compareça com prioridade, levando, de imediato, ao partido de redução do número de unidades, seja por extinção, seja por junção de competências e funções.

É preciso, no entanto, abordar essa possibilidade com certa cautela, tendo-se presentes exemplos de condutas similares adotadas não apenas no âmbito municipal, mas, também, em outros níveis de governo. O que se verificou em muitos desses casos foi que medidas de redução do número de unidades, definidas de forma empírica, ao sabor de percepções nem sempre precisas da realidade global da organização, levaram a perdas de consistência da estrutura, com o aumento das situações de falta de cobertura adequada a certos serviços, redistribuições impróprias de determinadas competências, regressões a métodos inapropriados para o tratamento de questões técnicas e de gestão. Na ciência de tais riscos, o presente Plano de Governo aborda a questão da adequação da estrutura organizacional da Prefeitura com extremo cuidado, tendo como preceito básico a manutenção da consistência organizacional dessa estrutura.

Dentro desse preceito, não se coloca qualquer medida de alteração do quadro organizacional atual, com exceção de algumas pequenas alterações corretivas, de

natureza técnica, quanto a denominações e competências de determinadas unidades, alterações essas já de há muito evidenciadas como necessárias, na forma em que mais adiante ficará explicitado.

A principal inovação a ser imprimida à estrutura organizacional consiste na criação de agrupamentos de unidades existentes de características similares e finalidades afins. Esses agrupamentos deverão operar à maneira de “clusters”, ou subsecretariados, procedendo à coordenação entre as unidades integrantes, mediante a adoção de dados e informações comuns para embasamento de ações, articulando ações que requeiram determinados compartilhamentos, efetuando avaliações de desempenho e subsidiando a alta autoridade quanto ao cumprimento das diretrizes e propostas do Plano de Governo e dos demais planos de que faça uso a administração. A unidade de planejamento procederá à assistência aos trabalhos dos agrupamentos.

A utilidade dos agrupamentos será conferir unidade às ações de governo, aperfeiçoar as informações gerenciais que devam ser repassadas ao Prefeito (aliviando com isso os encargos deste e liberando-o para as ações políticas da maior importância de que deve se ocupar), economizar esforços e recursos direcionados para as ações, maximizar o desempenho do pessoal das diversas unidades envolvidos nas ações. Uma perspectiva menos central da atuação dos agrupamentos, nem por isso desprovida de importância, será a de, com sua operação ao longo do tempo, ir propiciando uma visão sistemática das possibilidades de redução do número de unidades, seja por simples extinção, seja por fusões que possam ser procedidas. E, ainda mais importante, mantendo a integridade da estrutura no seu conjunto, sem precarizar os serviços.

A exposição dos demais elementos programáticos deste Plano de Governo já é feita segundo os agrupamentos propostos, a seguir enumerados.

Agrupamento **A** – “**Staff**”;

Agrupamento **B** – **Funções Meio**

Agrupamento **C** – **Desenvolvimento Econômico**;

Agrupamento **D** – **Desenvolvimento Social**;

Agrupamento **E** – **Território e Meio Ambiente**

Agrupamento **F** – **Especial**.

As medidas organizacionais iniciais e as relações das unidades a serem integradas nos diferentes Agrupamentos são apresentadas nos **Anexos** que se seguem

Anexo 1 – Medidas Organizacionais Iniciais

#	Unidade		Medidas a Implementar
	Tipo	Denominação	
1	(Sistema)	Informações Geográficas	recriação; Incorporação a Coordenadoria de Planejamento, como Setor.
2	Coordenadoria	Planejamento Estratégico	exclusão na denominação de Estratégico; absorção da função planejamento geral; incorporação do Setor de Informações Geográficas
3	Secretaria	Planejamento e Finanças	exclusão na denominação de Planejamento; exclusão de função planejamento nas competências
4	Secretaria	Comunicação	conversão em Coordenadoria; incorporação a Gabinete do Prefeito
5	Coordenadorias	Cidadania Mulher Planos de Contribuição de Melhoria Emprego e Renda Bem Estar, Saúde, Proteção, Direitos e Defesa Animal Idoso Solidariedade	desligamento do Gabinete do Prefeito e remanejamento para Secretarias, juntamente com os Fundos associados, com a finalidade de a Autoridade Municipal investir mais tempo para as gestões e articulações junto à população, bem como aos demais entes da nossa federação, para promover melhorias nas condições de vida, entre outros.

Anexo 2 – Agrupamentos Funcionais – Unidades Integrantes

Agrupamentos		Unidades	
#	Denominação	Tipo	Denominação
A	“Staff”	Coordenadorias	Planejamento
			Tecnologia da Informação
			Relações Institucionais
			Comunicação
		Secretarias	Gabinete - Chefia
			Governo
B	Funções Meio	Secretarias	Administração
			Assuntos Jurídicos e Cidadania
			Finanças
			Recursos Humanos
		Fundo	Defesa dos Direitos Difusos
C	Desenvolvimento Econômico	Secretarias	Agropecuária e Abastecimento
			Desenvolvimento Econômico
			Turismo
		Coordenadoria	Emprego e Renda
		Fundos	Combate ao Desemprego
			Desenvolvimento Rural
			Inovação – FMI
			Fumtur
D	Desenvolvimento Social	Secretarias	Assistência e Desenvolvimento Social
			Educação
			Esportes e Lazer
			Saúde
			Habitação de Interesse social
			Cultura
		Coordenadorias	Cidadania
			Mulher
			Idoso
			Solidariedade
		Fundos	Fumread
			Idoso
			Social de Solidariedade
			Assistência e Desenvolvimento Social
			Direitos da Criança e Adolescente
			Cultura
			Fundeb
			Capacitação da Educação
			Saúde
			Habitação
		Departamentos	Segurança Alimentar/Nutricional
			Eventos
		Conselho	Tutelar
E	Território e Meio Ambiente	Secretarias	Infraestrutura
			Urbanismo e Meio Ambiente
			Transportes e Trânsito
		Fundos	Melhoramento Urbano
			Fundema
			Iluminação Pública
F	Especial	Secretaria	Assistência ao Trânsito
			Segurança Pública
		Coordenadoria	Defesa Civil

IV – PROPOSTAS PARA AÇÃO

IV.1 – “Staff”

As propostas específicas de ação junto às unidades deste Agrupamento detalham as medidas organizacionais iniciais antes apresentadas. Nessa condição, trata-se de propostas de cunho administrativo, mediante as quais será possível aperfeiçoar o suporte interno à Administração para a realização nos demais campos das ações correspondentes.

“Staff” – Propostas

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Gabinete - Chefia	A.01.1	articulação conjunta com os demais gestores de áreas da Administração Municipal, para que as ações comprometidas neste documento, bem como todas as que se fizerem necessárias para o desenvolvimento da cidade sejam concretizadas, em favor exclusivo da população local
02	Secretaria de Governo	A.02.1	consolidação da legislação municipal em registro próprio, com especificação de atos vigentes e revogados, c/ acesso assegurado pelo “site” da Prefeitura
03	Coordenadoria de Relações Institucionais.	A.03.1	Articulação com os demais entes da nossa federação, para viabilizar recursos para Atibaia.
04	Coordenadoria de Comunicação	A.04.1	implantação de Portal de Transparência p/ divulgação de ações da Administração, com linguagem de fácil acesso à população em geral.
05	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	A.05.1	Implantar/implementar programas gerenciais, para serem alimentados pelos órgãos municipais, com a finalidade de subsidiar tomada de decisão da autoridade municipal, com mais confiabilidade e celeridade
06	Coordenadoria de Planejamento	A.06.1	recriação e ativação do Sistema de Informações Geográficas – SIG Atibaia – incorporação deste como Setor da unidade, abrangendo, igualmente, as informações gerenciais, para subsidiar a tomada de decisão da Autoridade Municipal, com mais celeridade e, principalmente, confiabilidade.
		A.06.2	incorporação de todas as demais funções de coordenação do planejamento segundo os Departamentos Geral, Estratégico, Ação de Implantação
		A.06.3	apuração do estado de elaboração do Plano Diretor 2016; avaliação; medidas eventuais de ajuste/correção; encaminhamento à apreciação legislativa e aprovação, com chamamento para participação popular em todas as etapas.
		A.06.4	revisão/atualização do Código de Obras, Edificações e Instalações, com chamamento para participação popular em todas as etapas.

		A.06.5	revisão/atualização do Código de Posturas Municipais, com chamamento para participação popular em todas as etapas.
		A.06.6	revisão/atualização da legislação de ordenamento do uso e ocupação do solo, com chamamento para participação popular em todas as etapas, especialmente de órgãos de classe e instituições afins.

IV.2 – Funções Meio

Funções Meio – Propostas

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Administração	B.01.1	abertura de licitações à fiscalização popular c/ apoio e/ dispositivo de esclarecimento qto. a processos licitatórios
02	Secretaria de Assuntos Jurídicos e Cidadania	B.02.1	Desenvolvimento de programas para orientação da população, em demandas de competência da Administração Municipal.
03	Fundo de Defesa dos Direitos Difusos	B.03.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
04	Secretaria de Finanças	B.04.1	exclusão das funções ligadas a planejamento
		B.04.2	desenvolvimento de programa de recuperação / controle da inadimplência
05	Secretaria de Recursos Humanos	B.05.1	destinação a servidores efetivos (carreira) de cargos de chefia e de confiança segundo as proporções a seguir - chefia : 100%; - gerenciais: 50%; - diretoria: 25%; - secretarias e coordenações: 15%
		B.05.2	redução gradativa dos cargos preenchidos em forma de comissionamento
		B.05.3	promoção de programações permanentes de treinamento / aperfeiçoamento / humanização p/ pessoal encarregado de atendimento direto à população (prioridades Saúde / Educação)
		B.05.4	estabelecimento de sistema de metas a serem atingidas p/ servidores, c/ introdução de gratificações correspondentes a objetivos e resultados alcançados
		B.05.5	implantação de sistema permanente de aprendizado e qualificação do quadro de servidores
		B.05.6	estabelecimento de padrões de atualização de remuneração de autoridades (Prefeito e Vice-prefeito), Secretários e Coordenadores, limitados rigorosamente aos índices de correção inflacionária
		B.05.6	Revisão/implantação de plano de carreira de servidores efetivos (carreira), com a participação ativa dos mesmos, bem como de sindicatos e órgãos de classe.

IV.3 – Desenvolvimento Econômico – Iniciativa e Emprego

O desenvolvimento econômico se constitui numa aspiração intensamente compartilhada por toda a coletividade do Município (como, de resto, por toda a população brasileira). Isso tanto pelas oportunidades de progresso material que o desenvolvimento representa, quanto por dele depender em medida essencial a sustentação para o desenvolvimento em todos os campos sociais e na valorização das estruturas físicas – território e meio ambiente.

Dentro do quadro de competências distribuídas pelos três níveis de governo, competem inteiramente à esfera federal – a União – as que dizem respeito de forma direta à organização, à estabilidade, à expansão, e à reprodução, da atividade econômica, mediante todas as quais se dá o processo de desenvolvimento. Estados federados e municípios comparecem na promoção desse processo em posições colaterais, no provimento de infraestruturas e espaços territoriais de apoio à localização de estabelecimentos, na habilitação e qualificação de mão-de-obra para a operação destes, e no apoio à pesquisa técnico-científica sem a qual se torna impossível a manutenção da competitividade da economia nacional junto aos mercados, hoje em processo de franca globalização.

Por essas razões, no quadro da crise que se apresenta hoje para o Brasil, as ações de recuperação da economia vão depender essencialmente de políticas e ações delineadas na esfera federal (câmbio, inflação, taxas de juros, acordos comerciais, entre outros). As ações de competência do Município no plano econômico são definidas na consciência dessa dependência, porém na expectativa de que a recuperação venha a ter êxito o mais cedo possível. Se confirmada essa expectativa, as propostas econômicas delineadas no presente Plano contribuirão substantivamente, no plano local, para a plena estabilização e expansão por todos ambicionada.

Desenvolvimento Econômico – Propostas 1

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	C.01.1	desenvolvimento de programação de capacitação dos produtores rurais para a produção em bases tecnológicas avançadas, de forma a ampliar as condições para a estabilidade e o aumento de produtividade em suas economias
		C.01.2	apoio especial aos produtores de morangos e flores que se constituem em itens de especialização histórica marcante no Município, com potencial econômico que transcende do setor primário, projetando-se em especial no setor de serviços
		C.01.3	estímulo aos cultivos de produtos orgânicos, por sua forte associação ao perfil histórico da produção agropecuária do Município
		C.01.4	introdução de melhorias nas condições para escoamento da produção do setor primário do Município, de forma a agilizar o acesso dessa produção ao mercado local e das regiões do entorno
		C.01.5	desenvolvimento de ações de integração de atividades rurais com atividades extracurriculares do ensino municipal

Desenvolvimento Econômico – Propostas 2(continuação/final)

02	Fundo de Desenvolvimento Rural	C.02.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
03	Secretaria de Desenvolvimento Econômico	C.03.1	revisão da legislação de incentivos fiscais, de forma a ampliar o potencial de atração de novas atividades para o Município
		C.03.2	desenvolvimento de ações promocionais de apoio ao consumo pela população do Município da produção local
		C.03.3	intensificação, em parceria com a Associação Comercial, das ações promocionais ligadas a datas alusivas (Dia das Mães; Dia da Criança; festas de fim de ano; Dia dos Pais; Carnaval; aniversário da cidade)
04	Coordenadoria de Emprego e Renda	C.04.1	Intensificação de programas, projetos e ações, para promover a inserção ou reinserção de profissionais no mercado de trabalho, incluindo adolescentes e jovens, na condição de estagiários ou aprendizes
05	Fundo Municipal de Combate ao Desemprego	C.05.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
06	Secretaria de Turismo	C.06.1	revitalização dos pontos e locais de atração turística do Município, com melhoria na infraestrutura de acesso aos mesmos, de serviços aos frequentadores, e de segurança
		C.006.2	intensificação da promoção dos eventos de atração turística presentes e equacionamento de possibilidades de criação de novos eventos de porte e grande poder de atração
		C.6.3	elevação do número e qualidade dos implementos de informação sobre atrativos turísticos e acessos a estes, com direcionamento principalmente a visitantes de fora
		C.06.4	recriação de feira de produtos diversos do Município e artesanato local
		C.06.5	equacionamento e implementação da possibilidade de reativação de equipamentos e elementos de atração turística presentemente desativados (Balneário; trem turístico;
		C.06.6	ativação das atividades de turismo rural, com valorização das especialidades municipais na produção agropecuária
		C.06.7	criação de material de informação e promoção do turismo no Município, com uso de ‘mídia’ eletrônica e material de distribuição impresso
		C.06.8	incentivo à ampliação das ofertas de estabelecimentos de pesca esportiva e de lazer, com habilitação de ofertas associadas (venda de artigos e equipamentos; circuitos orientados, etc...))
07	Fundo Municipal de Turismo – Fumtur	C.07.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos

•
•
•

IV.4 – Desenvolvimento Social – a Ampliação da Oportunidade

O desenvolvimento social se impõe como propósito e elemento de orientação da organização da sociedade brasileira, comportando pautas de realização diversificadas. Desde logo, e mais central dentre essas pautas, coloca-se o acesso e aperfeiçoamento do cidadão à elevação do conhecimento material e espiritual, nas áreas da filosofia, da ciência e da criação artística, que consubstanciam, em síntese, o plano da cultura. Ademais, não sem importância equivalente, vão se situar os meios de acesso do cidadão às oportunidades de subsistência, de obtenção da renda, de capacitação física e mental, tudo que implica em sua qualificação pessoal e integração plena ao corpo da coletividade. Em Atibaia, em especial, as ações em Educação ganham importância primordial, em face do nível ainda baixo de qualificação da população trabalhadora local para desfrutar das oportunidades de emprego oferecidas pelo parque industrial, o qual, em inúmeras oportunidades, tem tido que recorrer a mão-de-obra de fora do Município para atendimento de suas necessidades.

Dentro dos pressupostos de igualdade inseridos na base da organização social do País, a atenção aos segmentos e pessoas em situações de inferioridade no acesso e desfrute de tais oportunidades coloca-se como pauta associada, não só como imperativo de justiça, mas, também, como instrumento de aperfeiçoamento do corpo social em seu conjunto.

O elenco de competências municipais no atendimento a essas questões é amplo, abrangendo os planos da cultura, da educação, da saúde, do lazer, recreação e esporte, da promoção e assistência social.

Por suas implicações como garantia básica para o acesso das populações em situação menos afluentes às oportunidades, a habitação de caráter social vai também se inscrever no rol de competências do Município voltadas ao desenvolvimento social. As propostas a seguir colocadas abrangem todos os campos dessas competências.

Desenvolvimento Social – Propostas 1

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Assistência Social	D.01.1	ampliação dos horários de funcionamento dos CRAS – Centros de Referência e Assistência Social – de forma a propiciar atendimento de 8:00 a 19:00 horas
		D.01.2	desenvolvimento de atendimento a segmentos: - famílias em situação de fragilidade (previsão de parcerias com setor privado – ONGs; igrejas, associações) - proteção social básica em domicílio a idosos e portadores de deficiências - jovens: criação de Centros de Referência para a Juventude (atividades culturais, esportivas e profissionalizantes); aperfeiçoamento do trabalho na República (para egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional)
		D.01.3	implantação de novos CRAS (áreas rurais; Alvinópolis; Maracanã)
		D.01.4	estabelecimento de formas institucionais/protocolos para articulação das ações de Assistência com a de áreas correlatas (segurança pública; violência contra a mulher)

Desenvolvimento Social – Propostas 2(continuação)

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	D.01.5	aperfeiçoamento das ações de integração no mercado de trabalho, ampliando o mercado de recepção aos assistidos
		D.01.6	atualização do Plano Municipal de Assistência Social, com ampliação de seus conteúdos conceituais e abrangência ampliada de todas as funções da área
		D.01.7	conclusão do encaminhamento para instituição legal e implantação do Sistema Único de Assistência Social do Município
02	Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional	D.02.1	
03	Coordenadoria da Cidadania	D.03.1	empenho para a realização de atividades que trabalhem princípios e valores de senso comum, com o objetivo de contribuir para o fortalecimento de vínculos familiares, com vistas ao desenvolvimento integral do ser humano
04	Coordenadoria da Mulher	D.04.1	manutenção de atividades com avaliação positiva pelos usuários, com compromisso de aperfeiçoar constantemente e empenho para a realização de atividades afirmativas temporárias, para o atendimento de demandas voltadas exclusivamente a mulher, mediante escuta prévia
05	Coordenadoria do Idoso	D.05.1	manutenção de atividades com avaliação positiva pelos usuários, com compromisso de aperfeiçoar constantemente, bem como implantar outras políticas públicas de interesse desse importante segmento
06	Coordenadoria Municipal de Solidariedade	D.06.1	manutenção de atividades com avaliação positiva pelos usuários, com compromisso de aperfeiçoar constantemente
07	Fundo Municipal de Recursos para Políticas sobre Álcool e Outras Drogas	D.07.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
08	Fundo Municipal do Idoso	D.08.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
09	Fundo Social de Solidariedade	D.09.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
10	Fundo Municipal de Assistência Social	D.10.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
11	Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	D.11.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
12	Conselho Tutelar	D.12.1	Implantação/implementação de programas, projetos e

			ações que promovam condições de superação das fragilidades identificadas pelos Conselheiros Tutelares, nas crianças e nos adolescentes em situação de vulnerabilidade social
13	Secretaria da Educação	D.13.1	implantação progressiva do tempo integral nos estabelecimentos escolares da rede municipal
		D.13.2	ampliação da oferta de vagas nas creches do ensino municipal, de forma a atingir 100% de atendimento à demanda até o final do período administrativo
		D.13.3	promoção de oferta de vagas e atividades durante os períodos de férias, de modo a atender a alunos cujos pais tenham dificuldades de acompanhá-los nesses períodos, mediante: - implantação de colônias de férias; - promoção de atividades nos períodos de recesso
		D.13.4	ampliação das ofertas de vagas nos profissionalizantes

Desenvolvimento Social – Propostas 3(continuação)

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
13	Secretaria da Educação	D.13.5	manutenção da qualidade da merenda escolar oferecida, com disseminação do perfil alimentar saudável, o mais possível, de produção própria do Município
		D.13.6	preparação do sistema escolar municipal para atendimento das metas estabelecidas em compromissos institucionais de cobertura de 100% das demandas nos dois ciclos do ensino fundamental até o final do período administrativo. Assim, de forma planejada, gradativamente as escolas municipais irão atender em as crianças em período integral, proporcionando, inclusive, atividades extracurriculares em período de recesso escolar.
		D.13.7	articulação com as unidades de esporte e lazer e de cultura para habilitação de atividades nesses campos com caráter extracurricular
		D.13.8	Implantação de projetos estratégicos nas escolas, inclusive com a participação de profissionais das áreas de serviço social, psicologia e de enfermagem.
		D.13.9	Projeto Escola de Pais: Realizar um ciclo de palestras nas escolas para pais, com objetivo de trabalhar a questões e dúvidas sobre o desenvolvimento das crianças, suas fases e como tratar de diversos assuntos referentes às idades de desenvolvimento, entre outras abordagens
		D.13.10	Inclusão escolar: Capacitação dos professores para a inclusão dos alunos com necessidades especiais.
		D.13.11	Valorização dos profissionais da área de alimentação (merendeiras): Realização de estudo para melhorias nas condições de trabalho e salário dessa importante categoria profissional

14	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB	D.14.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
15	Fundo de Capacitação da Educação	D.15.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
16	Secretaria de Esportes e Lazer	D.16.1	introdução de melhorias nos equipamentos destinados às práticas desportivas, com possíveis terceirizações da gestão, ou parcerias para gestão compartilhada com as comunidades:
			- Estádio Municipal (Alvinópolis) – ajustes para adequação aos padrões oficiais;
			- ginásios de esportes (“Elefantão; Alvinópolis; Cerejeiras; pista de “skate” do Jardim dos Pinheiros; quadra do Alto do Alvinópolis – Flamenguinho)
		D.16.2	revitalização dos campos de futebol, acompanhados ou não de quadras de esportes implantados em bairros por iniciativa das comunidades
		D.16.3	promoção da recuperação de áreas verdes públicas em bairros, com introdução nestas de equipamentos para práticas desportivas de adestramento pessoal, em parceria com as comunidades locais
17	Secretaria de Saúde	D.16.4	promoção de competições nos bairros como incentivo à disseminação das práticas desportivas pela população
		D.17.1	equacionamento da ampliação dos horários de atendimento nas unidades ambulatoriais (UBSs – Unidades Básicas de Saúde) de forma a cobrir períodos diários, no mínimo, de 7:00 às 19:00 horas, de 2ª feiras a sábados
		D.17.2	disseminação do atendimento médico de caráter preventivo localmente organizado (“médicos da família” ou visitantes) com o contato direto dos profissionais de medicina geral às famílias dos bairros, propiciando alívio nas demandas de atendimento ambulatorial e hospitalar

Desenvolvimento Social – Propostas 4(continuação)

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
17	Secretaria de Saúde	D.17.3	introdução de melhorias no perfil de atendimento das unidades ambulatoriais (UBSs):
			- incorporação de ofertas de serviços odontológicos;
			- agendamento telefônico e por <i>internet</i> de consultas e outros procedimentos médicos
18	Fundo Municipal de Saúde	D.18.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos

19	Secretaria de Cultura e Eventos	D.19.01	consideração de um elenco bastante amplo de propostas de ampliação do repertório cultural oferecido no Município, dentro do qual, dependendo do comportamento da capacidade financeira e orçamentária da Prefeitura, poderão ser selecionadas as prioritárias: -adequação das políticas municipais de cultura ao Sistema Nacional de Cultura; - inserção de práticas culturais performáticas na formação educacional corrente – Projeto Dança na Escola; Projeto Teatro na Escola; - promoção de práticas teatrais junto a comunidades – Projeto Teatro Comunidade; Dança Clássica na Comunidade - criação de dispositivos performáticos estáveis em diversas modalidades – Coral Infantil Municipal; Coral Lírico Jovem; Banda Sinfônica Jovem; Grupo de Teatro Municipal; - criação de Escola Técnica de Música
		D.19.02	promoção de festivais culturais: música brasileira; teatro; nacional de dança; estudantil de artes plásticas
		D.19.03	promoção de mostras e exposições: mostra estudantil de teatro; exposições temáticas de artes plásticas
		D.19.04	promoção de projeto de variedades dirigido às comunidades (Atibaia Faz o Show) em finais de semana, com competições de modos diversos dirigidas a moradores
		D.19.05	manutenção de atividades e manifestações atuais (“Famíngas”; “Famas”; “Bands”; Sinfônica Jovem) (Projeto Música e Cidadania)
		D.19.06	apoio às manifestações folclóricas típicas do Município (congadas, etc...)
		D.19.07	recuperação e modernização de equipamentos culturais (bibliotecas; museus)
		D.19.08	promoção de festivais de música: - Atibaia Country Festival - Atibaia MPB Rock Festival
		D.19.09	promoção de feiras : - Mega Bazar de Natal das Grandes Marcas; - Beauty Fair Atibaia - Feirão da Casa Própria
		D.19.10	manutenção e apoio a eventos tradicionais do Município (“Entre Serras e Águas”; Carnaval; Baile da Cidade; <i>BonOdori</i> ; aniversário da cidade; etc...)

Desenvolvimento Social – Propostas 5(continuação/final)

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
20	Fundo Municipal de Cultura	D.20.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
21	Secretaria de Habitação de Interesse Social	D.21.1	atualização da base de dados para a produção de unidades habitacionais de interesse social
		D.21.2	desenvolvimento de programa de manutenção e reparação em unidades habitacionais

		D.21.3	desenvolvimento de programação com vistas ao atingimento das metas constantes do Plano Municipal de Habitação
22	Fundo Municipal de Habitação	D.22.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos

IV.5 – Território e Meio Ambiente – Valorização e Resgate

A ação administrativa neste campo se reveste de acentuada complexidade, tanto em vista da configuração fisiográfica e geomorfológica peculiar do território municipal, quanto pela sucessão de intervenções antrópicas historicamente efetuadas, resultando em problemas nem sempre percebidos pelas administrações e responsavelmente enfrentados.

O sítio municipal apresenta feições de marcado interesse paisagístico e edafológico, a exemplo do maciço serrano da Pedra Grande (hoje, por seu valor ambiental, sob regime de unidade de conservação instituída pelo Estado) e das terras mais planas, em grande medida objeto de aproveitamento para atividades rurais que configuraram, ao longo do tempo, um perfil produtivo do Município marcado pela originalidade, do qual resultou inegável potencial turístico.

A despeito da qualidade desse perfil, e de um aproveitamento das terras sofisticado, é inegável que a exploração efetuada não se pautou por uma maior consciência ambiental, tendo se dado uma forte devastação da cobertura florestal original e a ausência da manutenção adequada das faixas de proteção ribeirinhas.

Agrava tal quadro o processo de urbanização, realizado pela conversão sucessiva de parcelas das áreas rurais em urbanas, respondendo a estímulos de mercado não apenas devidos às demandas locais, mas, em grande medida, à proximidade do mercado metropolitano paulista para áreas de lazer e de moradia de recreio. Atibaia passou, assim, a caracterizar-se por uma expansão urbana em escala muito superior à de uma demanda mais equilibrada, num processo de verdadeira “urbanização selvagem”, com densidades populacionais extremamente baixas e níveis de ociosidade de terrenos urbanos dos mais elevados. Contribui, adrede, para esse quadro, a baixa estabilidade de grande parte das propriedades rurais na manutenção de suas atividades produtivas, que, à falta de estímulos mais efetivos para sua continuidade, passam a encarar o parcelamento de suas terras para fins urbanos como uma única saída para a preservação de seu patrimônio material.

As consequências ambientais e de economia urbana desse processo são das mais preocupantes, tanto pelo que representem de degradação da cobertura vegetal e intensificação consequente do arrasto de solos em direção aos corpos d’água, com o agravamento dos assoreamentos destes, quanto pela exacerbação de demandas à infraestrutura e aos serviços municipais que continuamente provocam.

As políticas ambientais e urbanísticas do Município nos períodos de 2001 a 2008 mostraram consciência de tais problemas e instituíram normas de controle mais rigoroso da expansão urbana de grande efetividade. Lamentavelmente, tais políticas e controles vieram sendo progressivamente degradados, chegando-se, no presente, a situação similar à que antecedeu àqueles períodos de maior responsabilidade. Dessa firma, os riscos de agravamento da situação ambiental e urbanística persistem e só tendem a se agravar.

No quadro especificamente urbano, a situação não se mostra menos preocupante. À falta dos cuidados indispensáveis com a permeabilidade dos solos e a manutenção das faixas de proteção ribeirinhas, a suscetibilidade do tecido urbano a inundações e enchentes só

fez se agravar, tendo resultado, em tempos bem recentes, em incidentes de teores dramáticos, com perdas consideráveis do patrimônio de famílias, e, mesmo, de vidas humanas. Tal situação só tende ao agravamento, em vista, inclusive, das alterações nos regimes pluviométricos regionais que se têm verificado, com a redução dos volumes sazonais de precipitação, mas com concentração acentuada desta em períodos muito curtos de tempo, o que resulta em volumes substancialmente mais elevados das ondas de cheias.

O descaso com a permeabilidade se agrava em outros aspectos da urbanização, em especial, na manutenção de um estoque adequado de áreas verdes, ao qual se associa um processo acentuado de derrubada sem reposição de espécies arbóreas, com efeitos danosos ao clima das áreas urbanizadas, ao paisagismo e à estética citadina.

Completa o panorama assim traçado a precariedade da oferta de infraestrutura em rede, e da oferta de acessibilidade, esta ainda dependente em grau extremo do modo individual por automóvel, sem que se consiga presenciar melhorias mais substanciais na repartição modal em favor de modos coletivos de maior modernidade e comodidade para o cidadão. Tudo somado, é uma perspectiva de valorização e resgate territorial e ambiental a que se coloca para as postulações responsáveis ao comando da Administração no próximo período governamental. Que, pretende-se, seja traduzida na consideração integrada dos aspectos físicos que configuram o assentamento no território municipal, e numa revisão rigorosa dos institutos de ordenamento espacial degradados com que este veio sendo tratado nos últimos tempos.

Território e Meio Ambiente – Propostas 1

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	E.01.01	coparticipação com a unidade de planejamento na revisão corretiva e atualização de instrumentos de planejamento e ordenamento: - Plano Diretor do Município para o período 2017/26 - legislação de ordenamento do uso e ocupação do solo, com participação ativa da população, instituições e órgãos de classe
		E.01.02	retomada da atividade de registro sistemático do movimento de apreciação de projetos e expedição de licenciamentos para intervenções no sítio, obras e edificações, como elemento de apoio ao acompanhamento e monitoramento do assentamento e da implantação das diretrizes e proposições do Plano Diretor
		E.01.03	retomada e conclusão da Estratégia de Criação, Manutenção, Reposição e Defesa das Áreas Verdes do Município, com encaminhamento às áreas de implantação
		E.01.04	equacionamento e implantação de sistemas e programas de apoio à arborização urbana de iniciativa de particulares (tipo “Um Filho, uma Árvore”), com possíveis isenções fiscais associadas
		E.01.05	promoção do uso adequado dos recursos hídricos e da conservação destes mediante: - recuperação, preservação e defesa das Áreas de Preservação Permanentes – APPs – junto aos corpos

			d'água
			- controle da erosão e do assoreamento;
			- desenvolvimento e disseminação do emprego de formas de pavimentação permeáveis;
			- equacionamento e encaminhamento de incentivos a sistemas de armazenamento e reuso de águas
		E.01.06	Implantação de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA – (prédios públicos) em incentivo a práticas adequadas

Território e Meio Ambiente – Propostas 2(*continuação/final*)

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente	E.01.07	desenvolvimento e fomento a práticas de construção sustentável
		E.01.08	colaboração na conservação e manutenção das Unidades de Conservação – UCs – criadas no Município por iniciativa do Estado ou local
		E.01.09	desenvolvimento de programação de educação ambiental:
			- dirigidos para representantes dos setores da economia; - dirigidos aos alunos da rede escolar municipal
		E.01.10	realização de projeto de identificação de situação física, e estado de conservação, das áreas verdes de reserva legal obrigatória em parcelamentos e de recuperação e ativação de uso, com o concurso das comunidades locais
02	Fundo Municipal de Melhoramento Urbano	E.02.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
03	Fundo Municipal de Meio ambiente	E.03.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos
04	Secretaria de Infraestrutura	E.04.1	elaboração de Plano Diretor de Macrodrenagem, no qual se atualizem os dados de base para dimensionamento de redes e sistemas de drenagem urbana, em presença de dados sobre os regimes pluviométricos emergentes
		E.04.2	estabelecimento de padrões de dimensionamento e desenho de calçadas e áreas de circulação de pedestres com habilitação para o uso por pessoas portadoras de deficiências motoras e visuais
		E.04.3	elaboração de pesquisa de identificação de pontos críticos de iluminação pública, com estabelecimento de prioridades para expansão, melhoria e conservação
		E.04.4	elaboração de Plano Municipal de Saneamento Básico para orientação das ações nesse campo, por parte da entidade operadora da administração indireta
		E.04.5	promover incentivos para o uso de fossas sépticas biodigestoras nas áreas rurais
		E.04.6	aperfeiçoamento da prática e do sistema de coleta e processamento industrial de resíduos sólidos
05	Fundo Municipal de Iluminação Pública	E.05.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos

06	Secretaria de Transportes e Trânsito	E.06.1	Elaboração de revisão e atualização do Plano Municipal de Mobilidade, com participação ativa da população
		E.06.2	equacionamento de implantação de novo terminal rodoviário principal, associado a remanejamento do existente para outros usos de transporte urbano
		E.06.3	adensamento e melhoria da sinalização urbana
07	Fundo Municipal de Assistência Trânsito	E.07.1	empenho na sustentação e ampliação dos valores acumulados e da captação de novos recursos

IV.6 – Especial

Enquadram-se neste Agrupamento as funções de Segurança Pública e Defesa Civil, dada sua especialidade na defesa e proteção da pessoa e do patrimônio, seja este móvel ou fixo. Nessa condição, as ações das unidades integradas no Agrupamento têm, forçosamente, de interagir com todas as demais áreas objeto da ação administrativa. Daí a conotação de Especial com que foram enumerados neste Plano.

Especial – Propostas

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
01	Secretaria de Segurança Pública	F.01.1	Implantação/implementação de bases fixas de policiamento nas entradas e saídas das áreas urbanas
		F.01.2	instalação de câmeras fixas de monitoramento em ruas e avenidas principais
		F.01.3	equacionamento de possibilidade de implantação de sistema de segurança nos bairros, envolvendo a participação das comunidades
		F.01.4	Patrulhamento Preventivo Comunitário: A equipe ficará fixa em determinado Setor/Bairro, para criar vínculo com a população. Desta forma terá conhecimento dos problemas daquele local através de conversas com os moradores, para adotar medidas de sua competência com mais celeridade
		F.01.5	Guarda Cidadã: Realizar parceria junto ao Poder Judiciário para capacitação de GCMs, para realização de mediação de conflitos, nas bases de segurança, facilitando assim acesso rápido à justiça
		F.01.6	Pareceria Polícia Civil: Realizar parceria com a Polícia Civil, para elaboração de Boletim de Ocorrência de Gravidade Leve nos bairros que já possuiu Base de Segurança, bem como capacitar funcionário público municipal para auxiliar o plantão policial no atendimento ao público e elaboração de boletim de ocorrência
		F.01.7	Retirada de GCM'S de postos fixos: Haverá mais viaturas circulando pela cidade e com alguns pontos de apoio para que a equipe possa estacionar, para atender solicitação da população, entre outros

		F.01.8	Ronda Escolar: Retorno da ronda escolar em parceria com a PM, para atuação tanto na rede municipal como estadual de ensino. E através de parceria com a Secretaria Municipal de Educação, desenvolver projetos elaborados pelos GCMs
		F.01.9	Criação de um canil municipal: Criar um canil municipal para auxiliar as forças policiais no combate ao crime, principalmente o tráfico de drogas. O canil poderá ser solicitado por todas as forças policiais da cidade e da região através de parcerias/operações conjuntas
			Monitoramento eletrônico: Contratar uma empresa para ficar responsável pelo monitoramento das câmeras da cidade. Com aumento no número das câmeras e supervisão de um GCM turno de serviço, aumentando assim o número de GCM'S nas ruas. Implantar um sistema inteligente de monitoramento em conjunto com cidades da região, sistema este que irá identificar veículos furtados ou roubados, ou até mesmo utilizados para praticar um crime
		F.01.10	Patrulha ambiental/Rural: Retornar com a Patrulha Ambiental/Rural, para atender os bairros mais afastados
		F.01.11	Integração entre as forças policiais: Promover operações conjuntas com as polícias civil, militar, rodoviária federal, militar ambiental e fiscalização da prefeitura para combater a criminalidade
		F.01.12	Aumento do efetivo da GCM: Contratar, mediante concurso público, para ampliar os trabalhos da área de segurança pública municipal
		F.01.13	Formação contínua dos GCMs: Proporcionar cursos de reciclagem profissional anual aos GCMs. Realizar a capacitação de profissionais multiplicadores, para que os seus conhecimentos aprendidos possam ser repassados aos demais componentes da corporação
		F.01.14	Modernização dos Equipamentos: Modernizar os equipamentos utilizados pelos GCMs, através de orçamento próprio e/ou parceria com os demais entes da nossa federação (Governos Estadual e Federal)
02	Defesa Civil	F.02.1	promover ações concretas, para amenizar/solucionar os impactos de enchentes e alagamentos, com recursos próprios e de outros entes da nossa Federação (Governos Estadual e Federal)
		F.02.2	Capacitar os profissionais da Administração Municipal, com prioridade para aqueles em atividade na defesa civil, para o atendimento humanitário, em situações de

			emergência, com a agilidade que a situação requisitar e, principalmente, com respostas mais céleres
		F.02.3	estabelecer meios para comunicação efetiva entre os atingidos/afetados e a coordenação da área de Defesa Civil do Município.

IV.7 – A Hora das Comunidades

A participação das comunidades do Município no processo decisório da Administração tem oscilado em peso e continuidade ao longo dos diversos períodos de mandato, ora mostrando-se mais prestigiada e acolhida, ora como que deixada de lado sem maiores justificativas. É conceito central do presente Plano que essa participação tem valor estratégico para o realismo e eficácia das ações governamentais. Para tanto, são contempladas propostas de organização efetiva dessa participação em caráter permanente, sem solução de continuidade, o que poderá assegurar, a um só tempo, sua eficácia e o aperfeiçoamento das formas de administrar Atibaia. Trata-se, em suma, de configurar um novo paradigma administrativo, cuja consecução dependerá por inteiro da adesão da população. Sem a qual, todo o esforço despendido na elaboração deste Plano e em sua implantação terá sido em vão.

Comunidades – Propostas

Unidades		Ações	
#	Denominação	Código	Teor
	Coordenadorias de Planejamento e de Comunicação	Com.1	estudo e definição dos agrupamentos regionais de bairros a serem utilizados nas ações compartilhadas e no direcionamento de decisões
		Com.2	levantamento e cadastramento de espaços públicos e equipamentos de atendimento local nos agrupamentos definidos
		Com.3	equacionamento dos formatos e protocolos necessários à formalização de processos de delegação e compartilhamento de gestão de espaços e equipamentos
		Com.4	operação corrente compartilhada de acordo com os formatos implantados
		Com.5	processos de discussão pública de diretrizes de planos gerais e específicos afetando os agrupamentos regionais e de propostas orçamentárias concernentes a estes
		Com.6	realização de oficinas semestrais de avaliação da participação e da gestão compartilhada
		Com.7	Reordenamento de formatos e protocolos de acordo com os resultados das oficinas

Agradecimentos: Agradeço a todos e a todas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração deste Plano de Governo.